ATA Nº. 11/2014**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZOITO DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, com a presença do Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Neste período, usaram da palavra: -----

- **O Sr. Presidente da Câmara**, que informou o Executivo Municipal do seguinte: -----

1 - Que a CMI vai realizar no próximo dia 20 de junho, pelas 11 horas, a **Cerimónia do hastear da Bandeira Azul e da Bandeira “Praia Acessível – Praia para Todos”**, enquanto símbolos de qualidade atribuídos à Praia da Costa Nova. -----

Imediatamente a seguir ao hastear das bandeiras, será realizada a assinatura do Protocolo de colaboração entre a CMI e a Associação de Concessionários de Praia da Beira Litoral e as Associações de Nadadores Salvadores “Resgatilhavo” e “Partir Ondas”, para a vigilância e segurança balnear inerentes ao ano de 2014, na Praia da Costa Nova. -----

Mais informou o Sr. Presidente da Câmara, que o hastear da Bandeira Azul na Praia da Barra só irá realizar-se a partir do dia 5 de julho próximo, por força da alteração do início da época balnear naquela praia, conforme é do conhecimento de todos. -----

2 – Deu a conhecer, às Sras. e Srs. Vereadores, da publicação em Diário da República do Despacho n.º 7788/2014 da Presidência do Conselho de Ministros, dos Ministérios das Finanças e Agricultura e do Mar, que procede à criação de um Grupo de Trabalho, composto

por um representante da DGADR, que coordena, da DRAPC, da DGTF, da CCDRC e do ICNF (em articulação com a CMI), em que irá ser feita a **avaliação das situações de uso e fruição do património imobiliário do Estado na área da Colónia Agrícola**, para além da avaliação das possibilidades de regularização da titularidade dos bens imóveis que se encontram na já citada área e propor um modelo de gestão do património do Estado existente, designadamente no âmbito das finalidades da Bolsa Nacional de Terras. -----

O Grupo de Trabalho neste âmbito constituído, irá dispor de seis meses para proceder à entrega de um relatório final ao membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural. -----

3 – Também deu conta, de que vai seguir para discussão na Assembleia da República, a proposta relativa à regulamentação do **FAM (Fundo de Apoio Municipal)**, fundo este que tem gerado alguma polémica, mormente pela forma de partição do capital que o irá compor, que deverá cifrar-se num total de 650 milhões de euros, cabendo ao município de Ílhavo, na esteira do estudo levado a cabo pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a participação no valor de 1.398.840,00 €(num hiato de tempo que deverá situar-se entre os 5 e os 7 anos), tomando como boa a aludida proposta aprovada em Conselho de Ministros, de constituir este fundo com 70% com verbas provenientes do conjunto dos 308 Municípios e 30% através de verbas postas à disposição por parte do Governo, no entanto as negociações continuarão e espera-se que o resultado final seja mais vantajoso para os Municípios do que o atual panorama. -----

Deu ainda conta que, nos termos da citada proposta, a criação deste fundo será constituído por verbas provenientes do FEF, do IRC, do imposto de selo (média dos últimos 5 anos), e do IMI relativo a 2013. -----

4 – Informou o Executivo Municipal, que a CMI tem ao seu serviço, desde o pretérito dia 01 de junho, uma Técnica Superior Jurista, oriunda da CMA (Dr.^a Maria da Luz Granjeia), através do procedimento de Mobilidade entre serviços. -----

- **O Sr. Vereador José Vaz**, colocou entretanto as seguintes duas questões: -----

1 – Saber qual o ponto da situação relativamente ao ocorrido na **Ponte da Vista Alegre** (que a tornou intransitável), e bem assim de quem é a responsabilidade da restauração da mesma, face ao Protocolo que em devido tempo foi firmado entre a CMI e a Fábrica da Vista Alegre. -

18-06-2014

2 – Ponto da situação relativamente às obras de **reposição das areias na Praia da Barra**, em função dos eventuais desenvolvimentos havidos em relação às informações que foram prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara na última reunião de Câmara. -----

- Na resposta, **o Sr. Presidente da Câmara**, fez saber, relativamente ao ocorrido na ponte da Vista Alegre, tábuas soltas e com algumas falhas no estrado, que foi solicitado ao empreiteiro que construiu a ponte, um orçamento de reparação, correspondente à intervenção que vai ser necessária fazer (substituição de traves, tábuas e estrado), e que, nos termos do articulado no Protocolo aludido pelo Sr. Vereador José Vaz, a contrapartida pela construção da ponte (obra que foi levada a efeito pela Fábrica da Vista Alegre), é de que, caberá à CMI, sempre que necessário, proceder à sua manutenção. -----

Importa ainda sublinhar, que de acordo com parecer técnico já conhecido, será forçoso levar a cabo a construção de uma nova ponte (a atual já tem mais de uma década), nos próximos dois ou três anos. -----

- Quanto à questão suscitada relativamente ao enchimento de areia da Praia da Barra, mantém-se o já referido na anterior reunião de Câmara, sendo que esta questão, para além de complexa, exige uma permanente negociação entre todas as partes. -----

Deste modo, a possibilidade de o empreiteiro parar completamente a obra de enchimento, ou limitar a sul a zona a intervir durante a época balnear, libertando toda a zona entre a Rua 5 e o Molhe Sul, mantém-se. -----

No entanto, podemos informar, que era intenção inicial um enchimento de areia na ordem dos 2.600 mts³/diários, e que, no presente momento, tem-se assistido a um enchimento na ordem dos 3.500 mts³/diários, o que nota um esforço da parte do empreiteiro de forma que se cumpra o inicialmente previsto com a colocação da maior quantidade possível de areia antes da abertura da época balnear, que será dia 5 de julho, pelo que, as perspetivas iniciais se mantêm. -----

- **O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Ré**, deu ao Executivo as seguintes informações: -----

1 - Que dentro em breve irá ter início a obra de prolongamento da conduta do Carvoeiro, que irá estender-se entre a Via da Obra da Criança e a Ribeira das Castelhanas, junto ao Mercado Municipal de Ílhavo; -----

18-06-2014

2 – Em complemento à informação inicialmente avançada pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente á possibilidade da não hastear da Bandeira Azul na Praia da Barra, sublinhar que esta situação não implica, de forma alguma, qualquer tipo de falta de segurança como aquela que normalmente é oferecida aos veraneantes nacionais e estrangeiros que desfrutam desta nossa praia durante a época estival. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º. 120, do dia dezassete de junho do ano de dois mil e catorze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 3.840.645,60 (três milhões, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 619.233,74 (seiscentos e dezanove mil, duzentos e trinta e três euros e setenta e quatro cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 10, da reunião ordinária realizada no dia quatro de junho, do ano de dois mil e catorze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

CONTRATO DE AVENÇA – “RICARDO NEVES BARCELOS” – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

- 1- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, em anexo; -----
- 2- A necessidade sistemática de reduzir custos ou de potenciar aqueles que estão assumidos; -
- 3- Que a função desenvolvida pela empresa de segurança, no edifício municipal, encontra-se, neste momento, desfasada do desenvolvimento que pretendo introduzir na área do atendimento geral; -----

- 4- Que igualmente a Câmara Municipal encontra-se a concluir o procedimento concursal para aquisição de um novo sistema de gestão de assiduidade e pontualidade o qual vai ser transversal aos diversos equipamentos municipais; -----
- 5- Que por este motivo a Câmara Municipal rescindiu o contrato com a empresa COPs, atento o objeto do contrato e o valor em causa; -----
- 6- Que nesta operação desencadeada no âmbito da modernização administrativa, da gestão da qualidade e do atendimento geral, se pretende uma reformulação da área do pré atendimento geral, com uma função muito mais pró ativa do elemento de segurança o qual será visto como primeiro elemento da equipa de atendimento; -----
- 7- Que o trabalho desenvolvido pelo segurança da empresa COPs, Sr. Ricardo Neves Barcelos ao longo destes dois anos foi de inegável profissionalismo, conhecendo já bem a estrutura municipal e com uma atitude muito ativa a qual se pretende potenciar com o novo figurino idealizado na área do atendimento ao público; -----
- 8- Que a Câmara Municipal tem vindo a assistir a uma redução brutal dos seus efetivos, na ordem dos 25% nos últimos 5 anos, sendo cada vez mais difícil assegurar todas as funções que lhe estão atribuídas, designadamente no que respeita à segurança e guarda dos equipamentos municipais, o que reduz ou anula o leque de opções internas para o preenchimento daquele lugar; -----
- 9- Que importa que essas funções sejam devidamente asseguradas, garantindo a preservação dos equipamentos e a segurança quer dos trabalhadores, quer dos munícipes, preferencialmente com elementos com formação específica; -----
- 10- As limitações a que os Municípios estão sujeitos no que respeita ao recrutamento de novos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas, designadamente a obrigatoriedade de redução de pessoal que tem vindo a ser sucessivamente imposta pelos últimos Orçamentos de Estado. -----
- 11- Que a função em causa será exercida de forma autónoma, direcionada para objetivos pré estabelecidos e definidos, semelhantes, mas mais pró ativos do que aqueles que estavam consagrados no objeto definido no concurso de vigilância do edifício municipal, que agora cessou; -----

18-06-2014

12- Que esta operação de rescisão do contrato com a empresa que assegurava a vigilância e segurança do edifício municipal e a contratação de um elemento, por avença, que se pretende, se traduzirá numa redução em 40% do custo até aqui suportado, mais de oito mil euros/ano sem contar com uma maior amplitude dos serviços a desenvolver; -----

13- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----

13.1- O prestador de serviços indicado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

13.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa; -----

13.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

13.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----

Proponho, -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

b) Consequentemente proceda à contratação de Ricardo Neves Barcelos, em regime de prestação de serviços (avença) pelo período de um ano, eventualmente renovável, para o serviço de segurança / vigilância / atendimento nos diversos equipamentos municipais e pelo valor mensal de 900,00€ acrescidos de IVA, se devido. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

13JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

**PARECER PRÉVIO GENÉRICO – LISTAGEM DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CELEBRADOS NO 4º TRIMESTRE DE 2013 AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO**

18-06-2014

GENÉRICO APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 13MAI14, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a tomada de conhecimento da listagem referenciada em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente listagem. -----

PARECER PRÉVIO GENÉRICO – LISTAGEM DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2014 – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 30MAI14, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a tomada de conhecimento da listagem referenciada em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente listagem. -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DA ARTISTA ANA BACALHAU – FESTA DA VISTA ALEGRE 2014 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO - INFORMAÇÃO. --

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 16JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, e conforme solicitação dos serviços culturais onde é defendida a contratação da artista Ana Bacalhau, se sugere a emissão de despacho de abertura do procedimento referenciado em título, pelo valor estimado de 5.700,00 €(cinco mil e setecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e por ajuste direto, bem como a aprovação das peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos), sujeitos no entanto, à prévia emissão de parecer prévio por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO – PLATAFORMA DE GESTÃO ESCOLAR - INFORMAÇÃO/PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO. -----

18-06-2014

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 13JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, e conforme solicitação dos serviços de educação em que é defendida a necessidade de contratação do acesso e disponibilização de um sistema de informação e gestão escolar, se sugere a emissão de despacho de abertura do procedimento referenciado em epígrafe, pelo valor estimado de 20.000,00 € (vinte mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e por ajuste direto, devendo a presente prestação de serviço decorrer pelo período de três anos, bem como a aprovação das peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos), sujeitos no entanto, à prévia emissão de parecer prévio por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E DE GESTÃO DO ECOCENTRO NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, servindo de Oficial Público, datada de 12JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta ao Contrato do procedimento referenciado em título, a celebrar com a empresa “Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA”, pelo valor de 88.000,00 € (oitenta e oito mil euros). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da CMI na sua reunião de 04JUN14. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO - “RECONVERSÃO DO LOGRADOURO DA CASA DO GAVETO DA AVENIDA 25 DE ABRIL/CASA N.º 58 DA RUA DE SANTO ANTÓNIO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, servindo de Oficial Público, datada de 11JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta ao Contrato do procedimento referenciado em título, a celebrar com a empresa “Edilages, SA”, pelo valor de 31.514,80 € (trinta e um mil, quinhentos e catorze euros e oitenta cêntimos). -----

18-06-2014

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da CMI na sua reunião de 21MAI14. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

ANÚNCIO - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DA “CESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO COMERCIAL 3X2 (6m²) NA COSTA NOVA DO PRADO”. -----

Presente o Anúncio supra, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, datado de 13JUN14, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, se sugere a abertura do procedimento referenciado em título, pelo preço base de 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), e com uma renda mensal de 100,00 €(cem euros), ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura de concurso público e aprovar as peças de procedimento. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – CANCELAMENTO DE PUBLICIDADE – DEVOLUÇÃO DE TAXAS – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

- O registado com o n.º 14631, Pº 678/07 em 2013/10/15, respeitante a Banco Comercial Português, com sede na Rua da Áurea, n.º 130 – Piso 3, Lisboa. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de devolução do valor das taxas. -----

A informação tem a referência DOPGU/raquelc 2014/05/15 14631/13 3, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Raquel Certal, e o despacho, do Sr. Vice-Presidente, Marcos Labrincha Ré, está datado de 2014/05/29, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM SUPORTE PUBLICITÁRIO – MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA – REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO - DEVOLUÇÃO DE TAXAS – INFORMAÇÃO. -----

- O registado com o n.º 3992, Pº 161/98 em 2014/03/12, respeitante a Papa & Mastiga – Produtos Alimentares, Lda, com sede na Rua da Cacieira, n.º 68, Eixo/Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente devolução. -----

18-06-2014

A informação tem a referência DOPGU/raquelc 2014/05/28 3992/14 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Raquel Certal, e o despacho, do Sr. Vice-Presidente, Marcos Labrincha Ré, está datado de 2014/06/06, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

LOTEAMENTOS. -----

“LOTEAMENTO DA QUINTA DA VALENTA” – PROCESSO DE OBRAS N.º 658/2003 – DEFERIMENTO TÁCITO DE PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO EM OBRAS DE URBANIZAÇÃO – INFORMAÇÃO. ---

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Maria da Luz Granjeia, datada de 13JUN14, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade concordar com a informação presente e proceder em conformidade. -----

PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES – EMISSÃO DE ALVARÁ – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

- O requerimento com o registo n.º 7733/14, datado de 27MAI14, Processo n.º 314/13, sobre o qual recaiu um despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Ré, datado de 06JUN14, respeitante a “Vista Alegre Atlantis, SA”, de deferimento ao pedido nele formulado. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

“CENTRO CULTURAL DA GAFANHA DA NAZARÉ – 3ª FASE AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO” - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 13JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de 15% das cauções prestadas à firma: “ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA”., uma vez que, realizada a vistoria necessária, não foi encontrada qualquer anomalia. -----

18-06-2014

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação parcial de garantias bancárias e reforços de caução. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de comparticipação solicitados por cinco indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 110 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- Quatro comparticipações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Uma comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

13JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que o CASCI possui um crédito no valor total de 100,62 Euros, que deverá ser abatido, resultante do incumprimento por parte de uma utente na realização de horas de índole diversa no Município, para a qual já havia sido aprovada participação. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 579,78 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

18-06-2014

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
 Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
 13JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL Nº S.ª DA NAZARÉ – APOIO AO
 ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da comparticipação da renda ao agregado familiar, através de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, consubstanciado em 614,37€ respeitante ao apoio à comparticipação no pagamento

18-06-2014

do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

13JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O
MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES DE AÇÃO SOCIAL PARA O ANO
DE 2014.** -----

Presentes os seguintes (11) onze Acordos de Cooperação: -----

- Associação Aquém Renasce, com uma comparticipação financeira de 915,00 €(novecentos e quinze euros); -----

- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo, com uma comparticipação de 5.305,00€(cinco mil trezentos e cinco euros); -----

- Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo – CASCI, com uma comparticipação financeira de 14.500,00 €(catorze mil e quinhentos euros); -----

- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro/ Ílhavo, com uma comparticipação financeira de 2.715,00 €(dois mil setecentos e quinze euros); -----

- Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação, com uma comparticipação financeira de 2.310,00 €(dois mil trezentos e dez euros euros); -----

- Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré, com uma comparticipação financeira de 14.365,00 €(catorze mil, trezentos e sessenta e cinco euros); -----

- Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro – CERCIAV, com uma comparticipação financeira de 3.945,00 € (três mil, novecentos e quarenta e cinco euros); -----

- Grupo Caritas da Gafanha da Nazaré, com uma comparticipação financeira de 235,00 € (duzentos e trinta e cinco euros); -----

- Obra da Providência, com uma comparticipação financeira de 4.690.00 € (quatro mil seiscentos e noventa euros); -----

18-06-2014

- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo, com uma comparticipação financeira de 5.815,00 €(cinco mil, oitocentos e quinze euros); -----

- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, com uma comparticipação financeira de 9.550,00 € (nove mil quinhentos e cinquenta euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

No decurso da discussão relativa aos apoios concedidos às Associações de Solidariedade Social, o Sr. Vereador José Vaz, ditou para a Ata as seguintes considerações: -----

- Lamentar, que os valores atribuídos a algumas Associações, em relação ao ano de 2013, sejam reduzidos em valores residuais (que vão desde um euro até aos setenta euros), entendendo que, nestas situações, tal redução não tem qualquer justificação, e muito menos qualquer fundamento de alcance financeiro, para além de que, para as Associações em causa, a manutenção dos valores atribuídos no ano transato serviriam de estímulo, sinalizando o apoio que lhes é dado por parte da Câmara Municipal de Ílhavo. O Presidente da Câmara esclareceu que as verbas atribuídas foram devidamente analisadas em função das ações, valores e orçamentos, alguns menores do que no ano transato, apresentados pelas Associações e, o seu resultado final não deve ser comparado com anos anteriores. Para finalizar, realçou que todos os Acordos, foram negociados e aprovados com os dirigentes de cada Associação e considerados muito relevantes para a sua vida associativa -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO SÓCIO/PROFISSIONAIS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E DE MORADORES PARA O ANO DE 2014. -----

Presentes os seguintes (02) dois Acordos de Cooperação: -----

- Associação de Moradores da Senhora dos Campos, com uma comparticipação financeira de 500,00 € (quinhentos euros). -----

- Núcleo dos Motorista da Beira Litoral, com uma comparticipação financeira de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

JUVENTUDE. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCUTEIROS PARA O ANO DE 2014. -----

18-06-2014

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. A resposta positiva de todos os Agrupamentos do CNE do Concelho ao desafio lançado pela Câmara Municipal, consubstanciada no envio das suas propostas, dos seus Relatórios de Actividades referentes ao ano anterior e os respectivos Planos de Actividades para o ano em curso ao que acresce o facto de no presente ano se ter igualmente inscrito a Fraternidade Nuno Álvares – núcleo de Ílhavo constituída por Escuteiros seniores que deixaram de pertencer aos Agrupamentos de que faziam parte. -----

2. O acordo havido nas reuniões e contactos para o efeito realizados e estabelecidos com cada um dos Agrupamentos, não tendo existido, por parte dos mesmos, quaisquer referências de maior que porventura quisessem introduzir nas citadas propostas. -----

3. A importância que os Agrupamentos deram na Organização e Participação ativa no Vº Acampamento Municipal realizado durante a +ECO 2014. -----

4. A conjuntura económica que atravessamos, a qual, não obstante as dificuldades que todos sentimos, permitiu, mesmo assim, os consensos necessários com vista à definição da dimensão dos apoios e à sua distribuição. -----

5. O referido no Regulamento de Concessão de Apoios às Associações do Município de Ílhavo. -----

Proponho: -----

1. A aprovação dos Protocolos em anexo a estabelecer com todos os Agrupamentos de Escuteiros pertencentes ao Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) do nosso Concelho, cujo valor total atinge um montante de **13.280 Euros** e a atribuição de um subsídio pontual de **320 Euros** (pela 1.º vez) à Fraternidade Nuno Álvares – Núcleo de Ílhavo tendo em vista o apoio à realização das suas atividades conforme o apresentado aquando da sua inscrição no Registo Municipal de Associações nos termos do Regulamento aplicável. -----

2. A celebração dos referidos Acordos de Cooperação com os Agrupamentos citados. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

16JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

18-06-2014

Em anexo, procede-se à discriminação dos valores a atribuir a cada uma das Associações mencionadas em epígrafe: -----

- Agrupamentos de Escuteiros N.º 189 – CNE Nª S.ª do Rosário de Ílhavo, com uma participação financeira de €2.600,00 (dois mil e seiscientos euros); -----
- Agrupamento de Escuteiros 1024 – CNE da Gafanha da Encarnação, com uma participação financeira de €2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta euros); -----
- Agrupamento de Escuteiros da Gafanha da Nazaré N.º 588 – D. José de Lencastre, com uma participação financeira de €2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta euros); -----
- Agrupamentos de Escuteiros N.º 531 – CNE da Gafanha do Carmo, com uma participação financeira de €1.600,00 (mil e seiscientos euros); -----
- Agrupamentos de Escuteiros Marítimos da Costa Nova – Agrupamento Marítimo 878 - CNE, com uma participação financeira de € 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta euros); -----
- Agrupamento 1021 – S. João Batista - CNE da Praia da Barra, com uma participação financeira de €1.630,00 (mil seiscientos e trinta euros). -----

ASSOCIAÇÕES DE JOVENS. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO PARA O ANO DE 2014. -----

Presentes os seguintes (02) dois Acordos de Cooperação: -----

- Grupo de Jovens “A Torre”, com uma participação financeira de 760,00 €(setecentos e sessenta euros); -----
- Grupo de Jovens “A Tulha”, com uma participação financeira de 2.835,00 €(dois mil oitocentos e trinta e cinco euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Na presente discussão e votação, não participou o Sr. Vereador José Vaz, por se considerar impedido (membro dos corpos sociais da “Tulha”), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS PARA O ANO DE 2014. -----

Presentes os seguintes (10) dez Contratos Programa: -----

- Associação Náutica da Gafanha da Encarnação, com uma participação financeira de € 2.000,00 (dois mil euros); -----
- Associação de Surf de Aveiro, com uma participação financeira de €4.800,00 (quatro mil e oitocentos euros); -----
- Associação Bússola Partilhada, com uma participação financeira de € 1.000,00 (mil euros); -----
- Clube de Vela da Costa Nova, com uma participação financeira de €3.500,00 (três mil e quinhentos euros); -----
- Clube Natureza e Aventura de Ílhavo com uma participação financeira de € 1.200,00 (mil e duzentos euros); -----
- Clube Náutico Boca da Barra, com uma participação financeira de €2.000,00 (dois mil euros); -----
- Grupo Columbófilo da Gafanha, com uma participação financeira de €2.000,00 (dois mil euros); -----
- Marina Clube da Gafanha, com uma participação financeira de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros); -----
- Sharpie Clube Portugal, com uma participação financeira de € 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta euros); -----
- Sociedade Columbófila de Ílhavo, com uma participação financeira de € 700,00 (setecentos euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – ANULAÇÃO (POR DESISTÊNCIA) DE APOIO A ATIVIDADES DO CLUBE APACGE/CAPGE – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

18-06-2014

As provas IV Aquatlo de Ílhavo e o I Triatlo Jovem de Ílhavo não se realizaram, por opção posterior do Clube APACGE/CAPGE, e que foi aprovado em reunião de Câmara, de 21 de maio de 2014, um apoio no valor de 1.500 €(mil e quinhentos euros). -----

Proponho que: -----

A atribuição do apoio, cujo pagamento se encontrava a aguardar decisão do clube, seja anulado. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

16JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Pelas 16.30 horas, hora destinada à audição do público, de acordo com a deliberação de câmara na sua última reunião, e dado que não se encontrava presente no Salão Nobre onde decorria a reunião, nenhum munícipe a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, dada continuidade à Ordem do Dia. -----

CULTURA. -----

ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS PARA O ANO DE 2014. -----

Presentes os seguintes (22) vinte e dois Acordos de Cooperação: -----

- ACDR “Os Amigos da Malha da Carvalheira”, com uma participação financeira de 905.00 €(novecentos e cinco euros); -----
- Associação Desportiva Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos, com uma participação financeira de 500,00 €(quinhentos euros); -----
- Associação Cultural e Recreativa Os Baldas, com uma participação financeira de 5.125,00 €(cinco mil, cento e vinte e cinco euros); -----
- Associação Cultural e Recreativa “Os Palheiros da Costa Nova”, com uma participação financeira de 1.950.00 €(mil novecentos e cinquenta euros); -----
- Associação Recreativa e Cultural “Chio-Po-Po”, com uma participação financeira de 1.870,00 €(mil oitocentos e setenta euros); -----

- Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, com uma participação financeira de 8.800,00 €(oito mil e oitocentos euros); -----
- Confraria Camoniana de Ílhavo com uma participação financeira de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros); -----
- Confraria Gastronómica do Bacalhau, com uma participação financeira de 2.155,00 € (dois mil cento e cinquenta e cinco euros); -----
- Coletividade Popular da Coutada, com uma participação financeira de 1.005,00 €(mil e cinco euros); -----
- Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré com uma participação financeira de 3.150.00 €(três mil cento e cinquenta); -----
- Escola de Música Gafanhense com uma participação financeira de 1.865.00 € (mil oitocentos e sessenta e cinco euros); -----
- Filarmónica Gafanhense, com uma participação financeira de 8.250.00 € (oito mil duzentos e cinquenta euros); -----
- Grupo Recreativo Os Amigos da Légua, com uma participação financeira de 1.770,00 € (mil setecentos e setenta euros); -----
- Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré, com uma participação financeira de 11.575,00 €(onze mil, quinhentos e setenta e cinco euros); -----
- Grupo Folclórico “O Arrais” com uma participação financeira de 2.850,00 €(dois mil oitocentos e cinquenta euros); -----
- Grupo Regional de Danças e Cantares da Gafanha do Carmo, com uma participação financeira de 1.360,00 €(mil trezentos e sessenta euros); -----
- Grupo Teatro Ribalta, com uma participação financeira de 955,00 € (novecentos e cinquenta e cinco euros); -----
- Associação “Os Cardadores de Vale de Ílhavo”, com uma participação financeira de 1.165,00 €(mil cento e sessenta e cinco euros); -----
- Associação Cultural Pestinhas, com uma participação financeira de 900,00 € (novecentos euros); -----
- Rancho Folclórico “As Ceifeiras” da Gafanha da Encarnação, com uma participação financeira de 2.545,00 €(dois mil quinhentos e quarenta e cinco euros); -----

18-06-2014

- Truques e Engenhocas – Associação de Modelismo, com uma comparticipação financeira de 1.350,00 €(mil trezentos e cinquenta euros); -----

- Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo, com uma comparticipação financeira de 7.200,00 €(sete mil e duzentos euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

No decurso da discussão relativa aos apoios concedidos às Associações Culturais, o Sr. Vereador José Vaz, ditou para a Ata as seguintes considerações: -----

- Lamentar, que os valores atribuídos a algumas Associações, em relação ao ano de 2013, sejam reduzidos (menores) em valores residuais (que vão desde um euro até aos setenta euros), entendendo que, nestas situações, tal redução não tem qualquer justificação, e muito menos qualquer fundamentação de alcance financeiro, para além de que, para as Associações em causa, a manutenção dos valores atribuídos no ano transato serviriam de estímulo, sinalizando o apoio que lhes é dado por parte da Câmara Municipal de Ílhavo. O Presidente da Camara considerou a resposta e esclarecimento dado anteriormente, nas Associações Sociais, como válida também neste caso. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DE RENDA APOIADA – “MARIA CÂNDIDA JOSÉ NASCIMENTO” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Técnica Superior da DASS, Susana Marques, datada de 11JUN14, corroborada pela respetiva Chefe de Divisão, Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere um reajustamento da renda apoiada para o valor de 5,15 € (cinco euros e quinze cêntimos), por força das alterações verificadas e comprovadas nos rendimentos do aludido inquilino. -----

Sobre a presente informação, recaiu um despacho de concordância por parte do Sr. Vereador, Paulo Costa, datado do pretérito dia 16 de junho. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

HIGIENE E LIMPEZA. -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO, A ASSOCIAÇÃO CONCESSIONÁRIOS DE PRAIA DA BEIRA LITORAL, RESGATÍLHAVO E PARTIR NAS ONDAS, RELATIVO A: “VIGILÂNCIA E SEGURANÇA BALNEAR – PRAIA DA COSTA NOVA – 2014”. -----

Presente o Protocolo supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Protocolo. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes (3) três Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Redes de Drenagem de Águas Pluviais da Rua de Alqueidão, Rua Frederico Cerveira e Av.^a Manuel da Maia - Ílhavo” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 3.100,53 (três mil e cem euros e cinquenta e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: DST – Domingos da Silva Teixeira, SA. -----

2º - Da Empreitada “Reparação, Conservação e Manutenção de Outros Imóveis – Capela da Ermida” – 9ª Situação Contratual, no valor de €24.513,72 (vinte e quatro mil quinhentos e treze euros e setenta e dois cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Lusocol – Sociedade Lusa de Construções, Lda. -----

3º - Da Empreitada “Via de Acesso ao Parque de Ciência e Inovação ” - 2ª Situação Contratual, no valor de €44.083,35 (quarenta e quatro mil e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Manuel Francisco de Almeida, SA. --

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes três autos e proceder ao pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.40 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----